



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 22/2026

(Plenária virtual)

Aos vinte nove dias do mês de julho de dois mil e vinte seis, às treze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre, virtualmente, via Google Meet, sob a coordenação de **NATÁLIA LAURINDO**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – CEPA**
Francyne da Rosa, **CEMME**
Lucas de Campos Ribeiro, **Instituto Pobres Servos da Divina Providência - Calábria**
Maria Alice Goulart Silva da Silva, **Associação Amigos da Restinga**
Natália Laurindo, **AHMI**
Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**
Priscila Balestrin, **Parceiros Voluntários**
Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre**
Rose Ceroni Canabarro, **ASAFOM**
Vera Regina Boose e Neusa Maria Liedtke, **Federação Espírita do RS – FERGS**

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Nicolas Vaz, **Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – SMEL**
Francisco Ferrari, **Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano – SMIDH**
Neiva Conceição Dias Chaves, **Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS**
Tarsila Crusius, **Secretaria Municipal de Educação - SMED**
Sônia Rejane dos Santos Vieira, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**

DEMAIS PRESENTES:

Airton Ferronato, **Secretário Adjunto da SMIDH**
Gustavo Dal Ponte, **Coordenador FUMID**
Viviane Anchieta, **Administrativo SMIDH;**
Patrícia Costa, **Taquígrafa – TG Taquigrafia.**

PAUTA:

1. Abertura;

2. Informes e demais encaminhamentos;

3. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças.

Após a conferência de quórum foram abertos os trabalhos:

1. ABERTURA

2. INFORMES E DEMAIS ENCAMINHAMENTOS:

Natália Laurindo, AHMI – Vice-Presidente: Então, eu acho que vamos para as pautas gerais.

Eu sei que a Fran tem uma pauta do CPA, várias pautas. Então, ela vai falar as pautas dela.

Francyne da Rosa, CEMME: Boa tarde. Eu vou trazer, então, algumas pautas, vou aproveitar este momento. Então, sobre a conferência, a gente teve uma reunião agora pela manhã de forma online com o GT, então a comissão da conferência. Trouxemos ali que a sistematização ainda das informações, das propostas ainda não vai ser possível realizar porque a gente está aguardando algumas regiões ainda encaminharem os documentos, anexarem, na verdade, os documentos no drive e responderem o link com as informações do Google Forms. Então, a gente tem algumas regiões que fizeram, mas não a maioria, então a gente está aguardando. Amanhã, inclusive na reunião de rede, das coordenações da rede, o Simões vai trazer também essa mesma fala para que as regiões possam se organizar e estar cumprindo ali o prazo, que já se estendeu, para concluir então a documentação e incluir no drive, responder então o link do Google Forms. Ainda sobre a conferência, foi trazido ali pela Carol que a gente pautasse então na plenária de hoje trazendo a informação de que já aprovamos em conselho, CMDCA, que a alimentação ela seria destinada a 700 pessoas na conferência então, e isso precisa ser aberto uma licitação para que então se garanta o almoço dos 2 dias da conferência lá na PUC. Essas 700 pessoas então foram mais ou menos contabilizadas: 100 pessoas trabalhadoras, que vão ser facilitadores, vão fazer a execução então ali das discussões dos eixos, e 600 delegados, sendo 300 delegados adolescentes e 300 delegados adultos. Tanto a alimentação quanto a questão do transporte, das vans, foi contabilizado para essas 700 pessoas. Então retomando que o conselho quer manter isso que foi aprovado e não somente destinar este valor da alimentação para os adolescentes, mas sim para todos que vão compor os 2 dias da conferência, que são também os adultos, pensando que na PUC, se a gente for cada um pagar o seu almoço, isso vai ter um peso ali para os trabalhadores e para os delegados adultos. Então na época que foi aprovado o valor

da conferência, já tinha sido então contabilizado para que todos fossem contemplados ali com o almoço. Então seria só para retomar esta pauta para que se siga então os trâmites necessários da licitação. Então sobre a conferência é isso. Se tiverem alguma dúvida ou quiserem fazer algum comentário, me avisem, que daí eu já vou passar para a próxima pauta que eu tenho para trazer. Sobre o CPA então, nós vamos ter mais um encontro esse mês, hoje à tarde, daqui a pouco eles estão chegando aqui. A ideia do encontro de hoje foi convidar então o David, da SMAS, que está à frente então do Plano Decenal Socioeducativo. Então, ele vai trazer uma fala para os adolescentes explicando o que que é o plano e fazendo o convite então para o CPA participar no mês de agosto, no dia 28, das discussões deste plano. Então hoje faremos essa atividade com os adolescentes. A gente teve algumas OSCs que não vão poder comparecer hoje, que a gente está ali fazendo a articulação no grupo do WhatsApp, e lembrar que a gente tem um projeto técnico para realizar do CPA com o prazo ali de dezembro deste ano para ser lançado o edital e para que a execução do CPA no ano que vem possa ser através das OSCs. Mas eu preciso que a comissão do CPA possa estar compondo efetivamente esse trabalho porque senão acaba que eu e o Paulinho mais lideramos essa comissão e estamos mais presentes, e acabamos também ficando ali sobrecarregados com o trabalho todo. E a gente tem mais colegas também para compor, que compõem a comissão, mas não estão tão presentes. Eu também estou trabalhando no projeto técnico do APKG, que ficou para trás isso lá do Carlos Simões em 2023. E esse o prazo está estourando, que a gente precisava lançar o edital agora, julho, para que pudesse ser feito o APKG pelas OSCs, de um valor que já foi aprovado pelo CMDCA lá em 2023, e teria que ser antes da conferência, porque essa foi a demanda então da última conferência, e que deveria ter sido realizado entre 2023 e este ano e que estamos aí também com o prazo estourando, e está só eu e a Larissa também em cima desse projeto. A gente precisa também de apoio para que a gente consiga finalizar e entregar. Queria só retomar por último, última pauta, os processos de monitoramento e avaliação. Comentei nas duas últimas plenárias online sobre todo o histórico de como que foi construído a metodologia que a gente está utilizando para análise. Ainda não ficou muito claro para as pessoas, para os conselheiros, como que faz essa análise da avaliação e monitoramento. Ainda vejo muitas dúvidas. E aí eu quero só retomar. A avaliação e monitoramento, quando chegou para a comissão de registros, foi muito pela ideia de que essa avaliação e monitoramento acontecesse in loco, tivesse a visita e, portanto, gerasse o documento RMA, que é o relatório de monitoramento e avaliação. Fizemos uma visita em um dos processos de monitoramento há uns 15 dias atrás porque analisamos ali

dentro do processo que não havia ficado muito claro como que se deu o projeto e quais eram as atividades e aí então geramos o documento RMA. No caso de não conseguir fazer estas visitas, e foi o processo que a gente então trabalhou em cima para que a gente pudesse dar conta de tantos processos, de fazer o despacho analisando os documentos que já estão inseridos dos outros setores que fizeram a visita e fizeram os RITMAs. Então, se a gente corrobora ali com as informações que os colegas colocaram, então geramos o nosso despacho e passamos na plenária para conhecimento então de todos. Então, só para retomar isso, que os processos de monitoramento e avaliação têm a sua estrutura de análise não utilizada da forma como seria o ideal, que seria com a visita, inclusive, a gente já discutiu e já trouxe que a visita na maioria das vezes a gente não consegue de fato ver o projeto porque ele já encerrou e ele já é de anos anteriores. Porém, a visita nos aproxima da instituição e do trabalho da instituição que ela está executando naquele momento. É interessante a visita. Porém, é isso, a gente está com mais de 100 processos ainda. A gente já fez alguns mutirões e fizemos os mutirões em cima desta alternativa que foi criar então estes despachos. O despacho ele está no modelo padrão, então quando se abre um despacho no SEI, tu localiza o modelo padrão e altera esse modelo padrão de acordo com o processo porque ele pode não ter todos os documentos que estão listados ali e também alguns ajustes do texto que precisa ter ali a atenção para que a gente faça de forma coerente então esses processos de monitoramento e avaliação. É isso. Obrigada. **Natália Laurindo, AHMI:** A Rosana quer falar. Pode falar, Rô. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** Em relação ao monitoramento e avaliação, quando não tem todos os documentos, aí a gente faz igual e não informa o número do que não tem? Ou o que não consta no SEI? Isso é uma dúvida. **Francyne da Rosa, CEMME:** Pode alterar ali no despacho tirando aquela informação daquele documento e deixando somente os documentos que existem dentro do processo que foram possíveis de serem analisados. Digamos, ali tem uma listinha de 4 ou 5 documentos. Se tiver 2 ou 3, eu excluo aqueles outros ali e deixo somente os que constam ali dentro do processo até o momento de análise, porque depois pode vir os outros documentos, mas vão entrar depois que a gente já analisou, porque ele está correndo esse processo, os setores eles estão fazendo o documento que lhe corresponde, o RITMA. **Natália Laurindo, AHMI:** Fran, e como é que está a questão de pessoas trabalhando nisso? Vocês estão com dificuldade, né? **Francyne da Rosa, CEMME:** Estamos com alguns colegas da Políticas, também pegando processos de monitoramento. A nossa Comissão de Registros não está conseguindo analisar

224 tantos processos. Realmente, a gente ainda tem esse déficit de conselheiros envolvidos com
 225 monitoramento e avaliação. A gente tem uma lista de mais de 100 processos na caixa. **Natália**
 226 **Laurindo, AHMI:** A gente vai fazer um mutirão para conseguir vencer isso? Já tem marcado
 227 o mutirão para a gente resolver esse problema? **Francyne da Rosa, CEMME:** Eu acho que é
 228 aquela agenda do Pão dos Pobres, não? **Natália Laurindo, AHMI:** Isso, dia 12 no Pão dos
 229 Pobres. Então, o mutirão para ser nessa quarta na próxima, é isso? Só para ficar registrado.
 230 **Francyne da Rosa, CEMME:** Mas além do mutirão, a gente já fez duas vezes esse mutirão.
 231 Nas duas vezes a gente elimina ali em torno de 40 processos, mas esses processos eles
 232 continuamente chegam na caixa. Então, para vocês terem noção, a gente já eliminou, sei lá, uns
 233 80 processos e ainda assim temos mais de 100 porque isso continua entrando, os processos.
 234 Então, a gente precisa estabelecer uma lógica de trabalho do monitoramento e avaliação para
 235 que senão a gente vai só trabalhar em mutirões para dar conta desses processos, ou colegas ali
 236 das outras comissões que se colocam para fazer esses processos no seu intervalo ali, enfim, do
 237 seu trabalho da comissão. Então, essa lógica ela ainda não está estabelecida e aí acaba que, de
 238 vez em quando, se faz o mutirão, mas nunca se vence. **Rosana Fernandes Nunes, Associação**
 239 **de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, APAE/Porto Alegre:** Eu lembrei, a
 240 Carol comentou de construir uma comissão só para o monitoramento. Construir uma comissão
 241 saindo um de cada uma das comissões e ter uma só para fazer a avaliação do monitoramento,
 242 depois do mutirão. **Natália Laurindo, AHMI:** A gente pode organizar isso no dia do mutirão
 243 então, de repente, fazer esse grupo de trabalho e daí a Fran ensina essas pessoas a tocarem esses
 244 monitoramentos para a gente não ter mais esse problema. Aí vocês ficam muito
 245 sobrecarregados, não conseguem fazer outra coisa a não ser isso. A Vera quer falar, não, a Sônia
 246 primeiro. **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Assim,
 247 gurias. Eu acho que no nosso regimento a gente pode criar uma comissão temporária, como se
 248 chama, para que possa dar conta disso, talvez. Isso, se não me engano, tem no regimento. Mas
 249 para criar uma caixa SEI, para que esses processos sejam colocados somente dentro da caixa
 250 SEI tal, entendeu? Se ela está em outra, essa questão de monitoramento, isso tem que estar
 251 previsto em lei. Porque senão a SMIDH ou outra secretaria que é responsável pelo SEI, ela não
 252 abre se tu não, quando encaminhar, tem que encaminhar com a legislação. Não é um, entendeu?
 253 Tem que ter isso, então tem que olhar o regimento e a nossa lei para ver se existe essa questão
 254 de comissão, que eu creio que não, porque senão já estaria aberto. Assim como tem comissão
 255 de finanças, tem comissão de políticas, enfim. Mas senão tu pode criar isso, que aí tu nomeia e

256 aí tu tem essas pessoas, tá bem? **Vera Regina Boose, Federação Espírita do RS - FERGS:**
 257 Gurias, concordo com a Sônia também, eu li o regimento e realmente a gente pode fazer uma
 258 comissão temporária, como disse ela, conforme a demanda, isso não só para esse caso, para
 259 vários casos que a gente for observando. E trazendo assim, é muito importante no caso assim,
 260 eu e a Neusa que iniciamos no tipo bonde andando, pegamos o paraquedas e furado ainda. Tipo
 261 isso. Mas existe a boa vontade, e isso é uma coisa importante que eu observo no nosso grupo,
 262 todos têm boa vontade. E com isso a gente consegue, através da boa vontade, nos unirmos, mas
 263 também a gente tem que identificar a necessidade de direcionamento, de diretrizes no andar do
 264 trabalho, o que nós precisamos fazer. E nessa reunião que teremos, que já tivemos no Pão dos
 265 Pobres, vamos ter outro, é importantíssimo que durante o nosso trabalho de mutirão, a gente
 266 faça pequenas observações pessoais, colocar uma anotação, e no final do trabalho fazer o
 267 levantamento dessas observações, que a partir daí, dessas observações de dificuldades que a
 268 gente vai encontrar, faça-se essas diretrizes para saber como vamos andar, de que forma vamos
 269 andar. Tem vários aspectos que eu coloco, por exemplo, visita. Eu estava conversando com a
 270 Neusa hoje de manhã, durante o nosso momento CRE, que é o período da manhã. A gente está
 271 atendendo uma ritma ali, lendo uma ritma que compreende a monitoramento. A gente não
 272 entende muito isso, mas observa que no meio, aquilo que estou falando sobre as observações,
 273 precisa de uma visita. Porque é uma visita que tem que mostrar o que foi feito, tem que
 274 apresentar, então é um tipo de visita pós-edital. É uma visita de fundo financeiro, no caso, que
 275 tem que observar se gastaram o dinheiro, se tem que devolver, quanto tem que devolver, isso é
 276 fundo financeiro. Então tem que ir in loco, tem que observar. Observamos ali no registro que,
 277 uma coisa que acho super importante referente à visita, esse pós-projeto, pós-financeiro, pós
 278 que tem que apresentar o que gastou, se não gastou, se tem que devolver ou não, necessita de
 279 visita para observar, e a questão também dos registros. Porque apresenta lá, tu vai ler, o CNPJ
 280 está ok, o endereço está ok, dá uma lida nas atas, está ok, o projeto está bonitinho. Mas e o
 281 espaço físico? Como se encontra esse espaço físico? Tem que ter visita. E a visita compreende
 282 não só a questão legal, compreende o abraço, que é a parte mais importante também. Porque
 283 quando a gente faz esse tipo de visita no início, no registro, a gente vai lá. Já fizemos visita
 284 Francine, Fabrizia, Neusa, o grupo que a gente normalmente faz. A gente percebe muitas vezes
 285 uma necessidade de orientação, e até mesmo visita ali in loco no nosso conselho, orientação de
 286 como conduzir a sua vontade, a vontade do projeto dentro do espaço físico. Nós tivemos uma
 287 visita dentro da SMIDH ali, que o Paulinho estava junto, que era uma pessoa com muita vontade

de fazer, com espaço para fazer, mas quem é esse pessoal que ela dizia ser a equipe? Ah, sou eu. Ela está sozinha, então a gente tem que fazer pequenas orientações, às vezes no início, para andar com o projeto, ou no início observando o espaço físico. E eu vejo que visita lá no início e visita lá no fim não é trabalho completo. Se não houver visita lá no início e visita lá no final, a gente vai ficar assinando coisa subjetivando que tem 2 banheiros, subjetivando que lá tem PPCI, que o extintor de incêndio está lá. Eu sei que nós temos boa vontade, mas acho que, embora eu reconheça que é difícil, seria um trabalho top se tivéssemos essa visita inicial e a visita final. E nos mutirões, por exemplo, outra questão que observo com a Neusa que a gente conversa. Assina para mim o processo tal. A pessoa vai lá, abre, está bonitinho, tem 2 assinaturas, falta uma, toma, fiz a outra assinatura. Não. Não, embora a gente confie nos nossos colegas, a gente está assinando um compromisso ali. Então, se o nosso colega em algum momento da equipe não observou alguma coisa, nós vamos assinar concordando com aquela falta de observação. Eu sei que é longo o trabalho, sei que é difícil, mas às vezes é preferível a gente ir degrauzinho por degrauzinho e fazendo a coisa certinha do que desbravar um monte de degraus, chegar lá em cima, dar zebra e cair todo mundo junto. Só uma fala de observação, gurias. **Francyne da Rosa, CEMME:** Rapidinho só para retomar o que a gente precisa analisar nos processos de monitoramento e avaliação. Não é a parte financeira, não é o que devolve, o que fica pendente financeiramente. É se atingiu o objetivo proposto inicialmente para os beneficiários, criança e adolescente. Então, é ver se o projeto atendeu a isto. Quando a gente faz a visita, o projeto já acabou. Os processos são lá de 2022, 2023. A gente não vê in loco o projeto, não sabe como foi executado. Eu dei a sugestão na última plenária de que fosse articulado com outro setor que abre os processos de monitoramento e avaliação, que atentasse para a inclusão do relatório do objeto, que é o REO, porque ali a gente consegue, o plano de trabalho e o REO, entender o que foi previsto e o que foi executado, os dois documentos que a OSC envia para a prestação de contas. Isso nos auxiliaria a poder fazer desta forma que a gente tem feito através do despacho da análise dos documentos. Para além disso, sim, seria interessante que a gente pudesse avaliar se o registro desta OSC está válido e se a documentação está ok, mas isso não é possível porque não estão esses documentos dentro do processo de monitoramento e avaliação. Então, a gente não vê o CNPJ lá dentro, não vê os documentos lá dentro porque isso não faz parte. Teria que, se quisesse fazer essa avaliação adicional da OSC, buscar o SEI anterior da OSC junto com a secretaria e analisar dois processos ao mesmo tempo, e isso não é viável. Resume-se a nós perguntarmos para a secretaria, para a Vivi, se o registro está ok, mas isso a

gente só fez com as OSCs que visitamos, não foi um procedimento adotado inicialmente para este modelo de despacho que temos feito. É muito válido todas essas discussões, mas a gente precisa focar no que precisa ser feito. Lá no Pão dos Pobres, de repente, a Natália que deu a sugestão de que a gente então, naquele dia que vai ser dedicado a isso, forme essa metodologia, esse regramento de como analisar, e ficar então claro, apesar de a gente já ter feito alguns momentos como esse, de eu já ter falado diversas vezes como funciona esse processo, para que as pessoas compreendam como é para ser feito ali. Claro, as discussões são válidas, mas elas precisam estar coerentes com o que é preciso ser feito, porque não adianta estarmos com mais de 100 processos e ainda trazermos mais necessidade de análise para dentro desse mesmo processo. Só para acessar essa pauta, acho que o Paulinho quer falar sobre esse mesmo. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** A Francyne já deu uma boa explicação. É diferente uma análise do CMDCA como conselho para registro e este procedimento de avaliação e monitoramento. São objetivos diferentes. Quem já fez a visita do FECA, que às vezes o CEDICA mandava o processo do FECA, que é o fundo estadual, para que o CMDCA fosse lá fazer um parecer, a gente ia in loco. Já tinha 2 anos ou mais que a instituição tinha gasto o dinheiro, o recurso. Então a gente só ia ver lá, olhar no projeto, o que foi comprado: 3 computadores, 5 mesas. A gente ia mais para ver isso aí. Então lá a gente olhava se foi executado nesse sentido. O que a equipe do Funcriança faz eles vão detalhadamente ver se o projeto foi para colocar placas solares. Então, vai lá para ver isso aí. Nós do CMDCA, eles querem o nosso parecer se foi atingida a questão para as crianças, o que tem essa placa solar para o objeto que são as crianças. Se a gente pega o processo ali do jeito que já tem a avaliação do pessoal do Funcriança, se foi feito tudo, mesmo que esteja pendente prestação de contas, mas o objeto foi alcançado. Então é isso que a gente tem que olhar. Essa explicação da Francyne aqui é bem pertinente e a gente lá no mutirão vai tirando essas outras dúvidas. **Neiva Conceição Dias Chaves, Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS:** O que eu queria contribuir ali é que já tem uma visita. Pelos que eu já avaliei, existem duas visitas nos processos: visita do objeto da parte financeira e visita de monitoramento de outros órgãos, da Fazenda e outras técnicas. Então, quando eu avaliava esses monitoramentos, eu também olhava os relatórios dessas visitas. Isso é importante a gente também se atentar, porque naquelas visitas, quando foram visitados, elas vêm bem específicas sobre a situação: atingiu o objetivo, a instituição comprou tal objeto que era permanente, a instituição construiu o que tinha que construir bem ali. E quando não identificado ou quando não encontrado o objeto, também vem ali. Então eu,

quando fazia os monitoramentos, olhava também essas visitas, só para contribuir. **Natália Laurindo, AHMI:** Obrigada. Vocês querem falar? Não tem mais nenhuma pauta? Então, vamos para as comissões. Alguém tem mais alguma coisa para trazer? Então, comissões. Comissão de Registros, quer começar?

3. Comissões: Comissão Executiva, Comissão de Registros, Comissão de Políticas e Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE REGISTROS:

Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança: Tenho aqui o primeiro parecer. O SEI é 26.0.000080292-0, **INSTITUTO LEONARDO MURIALDO**, mantenedora. Então, eles pedem o requerimento de para atualização do CNPJ da mantenedora e a inclusão das executoras. Relatório de análise: através de ofício a organização solicita a atualização do atestado de funcionamento, alterando o CNPJ da mantenedora, o Instituto Leonardo Murialdo, com o CNPJ 88.637.780/0001-26, e incluir as executoras: Ação Social Murialdo, com o CNPJ 88.637.780/0019-55; também a executora Escola Comunidade de Educação Infantil Murialdo, CNPJ da filial é 88.637.780/0021-70; e a Associação Protetora da Infância - API, com o CNPJ 88.637.780/0006-30. Então, eles tiveram um reordenamento interno, fizemos visitas lá para esclarecer algumas dúvidas que a gente tinha. Então foi explicado, orientamos eles a enviarem alguns documentos que faltavam das executoras, que antes tinha só a mantenedora, então eles, como têm 3 executoras, eles queriam incluir no atestado de funcionamento, e cada uma das executoras tem atendimento de serviços. Então, a comissão defere a solicitação da OSC, atualizando seu atestado de funcionamento com a mantenedora Instituto Leonardo Murialdo, com o CNPJ que já foi citado, e suas executoras que também foram citadas. Eu vou falar aqui os nomes e os serviços que cada uma executa: Ação Social Murialdo, eles atendem atendimento direto com o seguinte serviço: serviço de convivência e fortalecimento de vínculos de 6 aos 14 anos; serviço de convivência de 14 aos 17 anos, trabalho educativo; Pro-Rede, que é a biblioteca Ilearac; e aprendizagem profissional e a educação integral. É nessa executora. A segunda executora é Escola Comunitária de Educação Infantil Murialdo, eles têm o atendimento direto com o programa de educação infantil. E a terceira executora é a Associação Protetora da Infância - API, atendimento direto com o programa de aprendizagem profissional e com o curso auxiliar de serviços bancários. Então a comissão defere essa solicitação da OSC, a atualização, alteração do CNPJ e a inclusão destas executoras. Para votação, para plenária. **Natália Laurindo, AHMI:** Vamos votar? Ou a gente aprova tudo depois? **Paulo Francisco da Silva,**

Pequena Casa da Criança: É o mesmo SEI, só que eles fizeram duas solicitações. O outro é o Instituto Leonardo Murialdo, com a executora API, Associação Protetora da Infância. Então, eles encaminharam os anexos 1 e 2 da Resolução 12/2024, e a comissão defere a inscrição do programa de aprendizagem profissional com a inscrição dos cursos de serviços bancários, que tem o CBO, que está dentro do arco ocupacional. É o curso de auxiliar de escritório, CBO 4110-05; curso de auxiliar de assistente administrativo, CBO 4110-10; o curso de auxiliar de pessoal, CBO 4110-30. Curso de auxiliar de almoxarife, CBO 4141-05, e curso auxiliar de recepcionistas e secretária, CBO 4121-05. Então, a comissão defere a solicitação da OSC para a plenária. **Natália Laurindo, AHMI:** Agora em aprovação, quem aprova levanta a mão. Alguém é contra? Alguém se abstém? **APROVADO POR UNANIMIDADE.** Vocês têm mais algum processo? Não? Comissão de Políticas?

COMISSÃO DE POLÍTICAS:

Comissão de políticas eu vou falar, então. A gente não tem nenhum processo na comissão de políticas, somente algumas agendas com OSCs. Semana passada a gente já apoiou o pessoal dos registros, então é isso. Não temos nada para passar por enquanto. Comissão de Finanças?

COMISSÃO DE FINANÇAS:

Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Então, boa tarde, Comissão de Finanças. Processo SEI 26.0.0000029628. OSC **BANCO DE ALIMENTOS DE PORTO ALEGRE**, Projeto Primeiros Passos, parecer da comissão, o relatório. A OSC encaminhou proposta de projeto para captação de recursos junto ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, documento SEI 40183011. O objetivo é contribuir para a promoção e a manutenção da saúde das crianças de 0 a 24 meses atendidas nas instituições beneficiadas pelo Banco de Alimentos, incentivando hábitos alimentares de saúde e higiene. O público atendido são crianças atendidas nas instituições beneficiadas pelo Banco de Alimentos de Porto Alegre, totalizando 159 crianças de 0 a 24 meses. Projeto voltado para educação alimentar e nutricional, saúde, higiene, compra de materiais que auxiliem na promoção das oficinas culinárias e educativas. Serão atendidas 12 instituições de forma permanente, o prazo de execução são 24 meses. A informação da ASSETEC consta no documento 37657004, e o parecer de políticas é o 40541569, favorável. As despesas são de consumo, de pessoal, de terceiros e permanente, e totaliza, então, 5.500.000. Em análise a proposta encaminhada, a Comissão de Finanças é de parecer favorável à captação de recursos no valor de R\$ 955.213,57, com retenção de 10%.

Natália Laurindo, AHMI: Alguma dúvida? Não? Para aprovação, então, quem é favorável levanta a mão. Alguém é contra? Alguém se abstém? **APROVADO POR UNANIMIDADE.**

Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF: Então, o próximo é o processo 26.0.000076941-9. A OSC é o **INSTITUTO CALDEIRA**, e o projeto é Geração Caldeira: democratizando as profissões de futuro para os adolescentes. No parecer da comissão, a OSC encaminha projeto de captação de recursos do Fundo da Criança e do Adolescente, despacho 40556665, após os ajustes solicitados. Ela foca na capacitação, educação, o prazo de execução é 24 meses. O objetivo desse projeto é estimular adolescentes a conectarem seus sonhos com diversas possibilidades de carreira profissional através de palestras, cursos e eventos presenciais e digitais em escolas públicas, organizações sociais e no Instituto Caldeira. O projeto também tem como objetivo sensibilizar e capacitar cerca de 30.000 adolescentes de até 18 anos, prioritariamente estudantes da rede pública de ensino de Porto Alegre, podendo abranger estudantes bolsistas da rede privada, por meio de ações presenciais e digitais, voltadas à formação cidadã, ao protagonismo juvenil e aproximação com o mundo do trabalho e da nova economia. Serão oferecidas trilhas de inovação gratuitas com foco em inovação, tecnologia e carreiras emergentes. O projeto será desenvolvido por meio de três ações interdependentes, com o objetivo comum de sensibilizar e capacitar adolescentes sobre o novo mundo do trabalho. Cada ação tem um quantitativo de atendimentos aos adolescentes sobre o novo mundo de trabalho. O público, então, são adolescentes de 14 a 18 anos, prioritariamente matriculados na rede pública e privada, no caso os bolsistas. Atendimento mensal de 1.250 adolescentes. A informação da ASSETEC consta no documento 39436127, e a Comissão de Políticas é favorável, documento 39731695. As despesas são constituídas em consumo, pessoal, terceiros e permanente, e totaliza, então, 5.500.000. Em análise a proposta encaminhada, a Comissão de Finanças é de parecer favorável à carta de captação no valor de 5.500.000 com 10% de retenção. Alguma dúvida? **Natália Laurindo, AHMI:** Não. Para aprovação, quem é favorável levanta a mão. Alguém não aprova? Alguém se abstém? Então, **APROVADO** o projeto. Mais algum? **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda – SMF:** Só isso, muito obrigada. **Natália Laurindo, AHMI:** Alguém mais tem alguma consideração? Tem alguma outra pauta? Não? Então, vamos encerrar a nossa plenária. É isso? Boa tarde, boa semana para todos.

445 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos Direitos
446 da Criança e do Adolescente, às 15h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia Costa, sob
447 o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.